

Temos livre-arbítrio?

Ação e acontecimento

Acontecimento: evento que ocorre num determinado lugar durante um determinado período. Exemplos: fenómenos naturais, como sismos, relâmpagos, chuva...

→ Alguns acontecimentos envolvem agentes (espirrar ou deixar cair um copo de água p.e.), mas nem todos os acontecimentos que envolvem agentes são ações humanas.

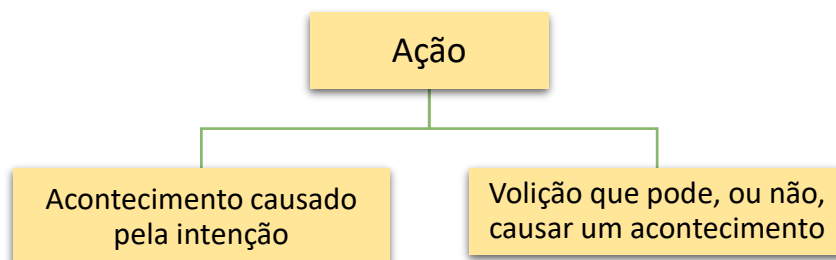
Ação: acontecimento realizado de forma consciente, voluntária e intencional por um agente.

Definição de ação - perspectiva causalista:

A ação é um acontecimento causado intencionalmente por um agente, ou seja, a ação é a concretização de um acontecimento que o agente tinha intenção de realizar.

Definição de ação - perspectiva volicionista:

A ação é uma volição/ um querer intencional de um agente para realizar um acontecimento. → entre os acontecimentos mentais (crenças/desejos) e o acontecimento físico (movimento do agente), existe volição (atividade mental do querer). Assim podem existir ações sem acontecimentos exteriores à mente do agente.



Problema do livre-arbítrio:

As nossas ações são livres ou estão todas casualmente determinadas?



A visão científica do mundo, assente na ideia de que todos os fenómenos estão interligados por cadeias inquebráveis de acontecimentos, colide com a visão que temos de nós próprios como seres livres.

Determinismo: ideia segundo a qual tudo o que ocorre é uma consequência necessária dos acontecimentos do passado e das leis da Natureza. Assim todos os acontecimentos estão ligados por cadeias causais (sequências de acontecimentos interligados por relações de causalidade).

O determinismo não deve ser confundido com o fatalismo ou o destino. O **fatalismo** diz que, independentemente do que faças, o futuro está traçado. Já o determinismo defende que o que cada pessoa faz tem influência no seu futuro, ou seja, as nossas ações causam outros acontecimentos, tendo, por isso, uma eficácia causal.

Livre-arbítrio: capacidade da vontade humana de controlar a escolha entre duas ou mais opções de ação. Um agente possui livre-arbítrio se, e só se, possui reais alternativas de escolha (princípio das alternativas possíveis) e esta escolha só depende de si (princípio do controlo).

Incompatibilismo: (ver esquema pág.124)

- **Tese:** Se o determinismo é verdadeiro, então não temos livre-arbítrio.
- **Argumento da consequência:** o livre-arbítrio e o determinismo são ideias incoerentes entre si, não podendo coexistir logicamente. Se aceitamos o determinismo, então não podemos coerentemente pensar que possuímos livre-arbítrio, e vice-versa.

Nota: este argumento não prova que o livre-arbítrio não existe, prova apenas o determinismo e o livre-arbítrio são incompatíveis (se 1 é verdadeiro o outro é falso)

Libertismo

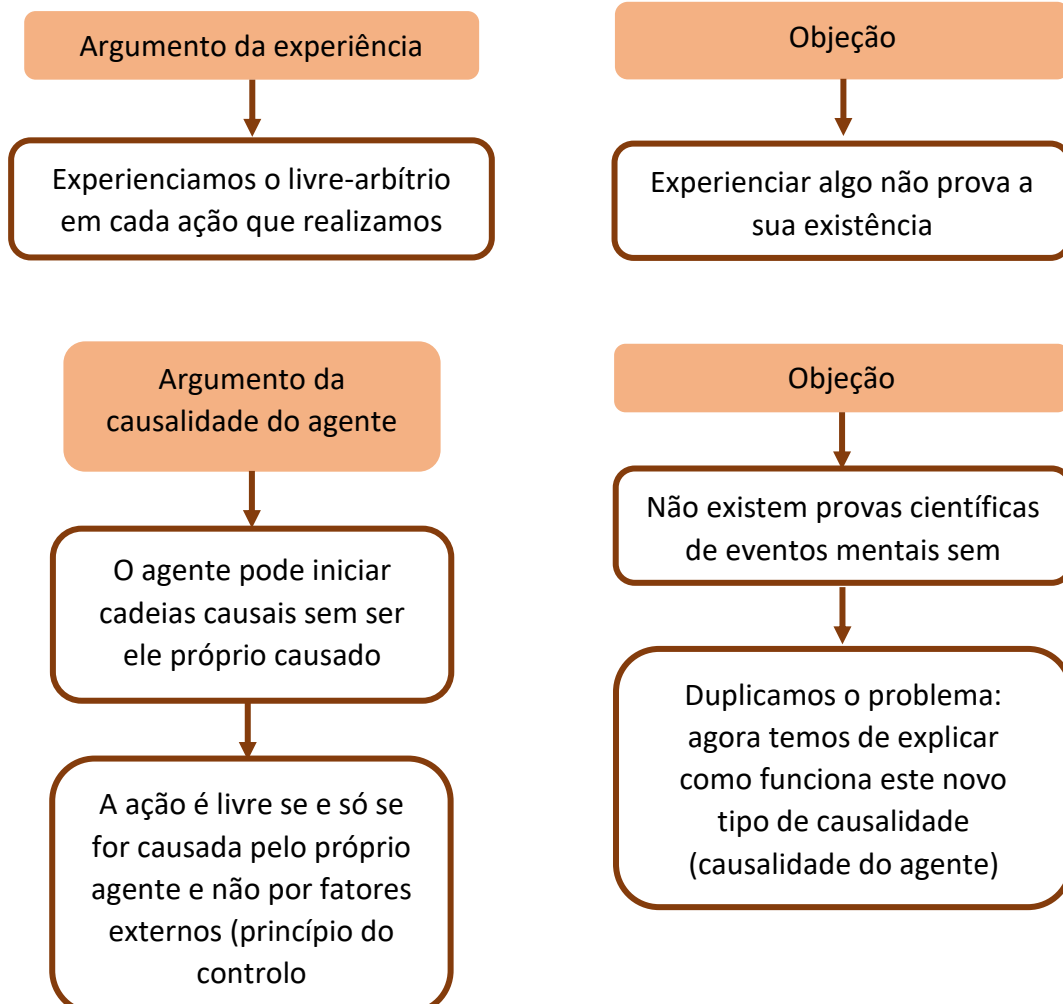
O libertismo é a teoria que defende que:

- Temos livre-arbítrio
- O determinismo é falso

O libertismo não defende que nenhum acontecimento é determinado, apenas que existem alguns acontecimentos que não são explicados pelo determinismo.

Os libertistas consideram, que ao contrário de todos os outros acontecimentos, as ações humanas não são determinadas. A personalidade, o caráter, os desejos, os sentimentos e os valores de uma pessoa influenciam todas as suas decisões, mas não as determinam nem obrigam o agente a agir de uma forma ou de outra. Os libertistas defendem também que a escolha de uma alternativa possível de ação é controlada pelo agente.

Argumentos e objeções: nota: Ler pág. 126/127/128



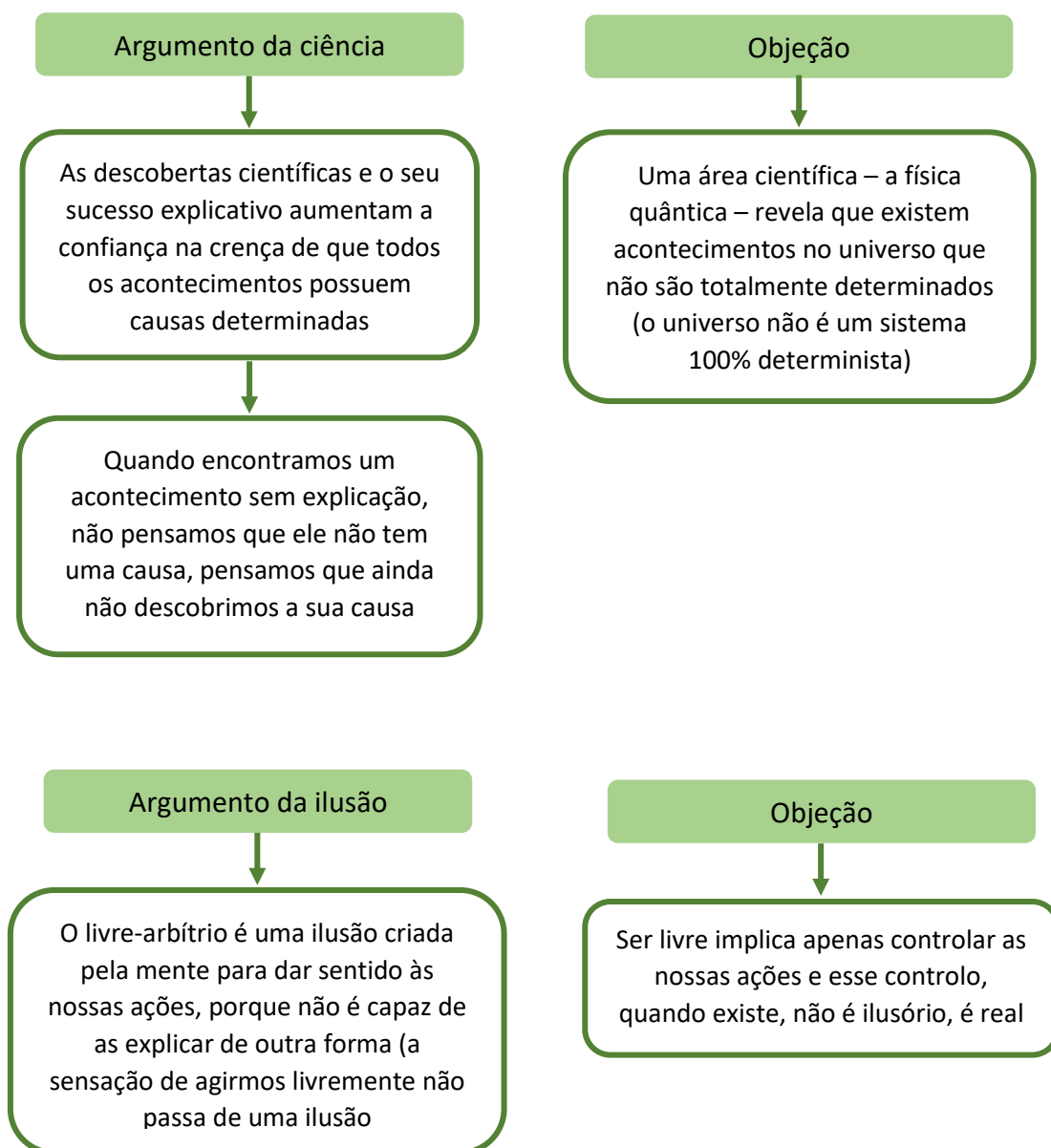
Determinismo radical

O determinismo radical é a teoria que defende que:

- O determinismo é verdadeiro
- Não temos livre-arbítrio

O determinismo radical afirma que as ações humanas, sendo acontecimentos, estão inseridas nas cadeias causais que explicam todos os fenómenos da Natureza e, por isso, o livre-arbítrio é apenas uma ilusão.

Argumentos e objeções: nota: ler pág. 131/132/133

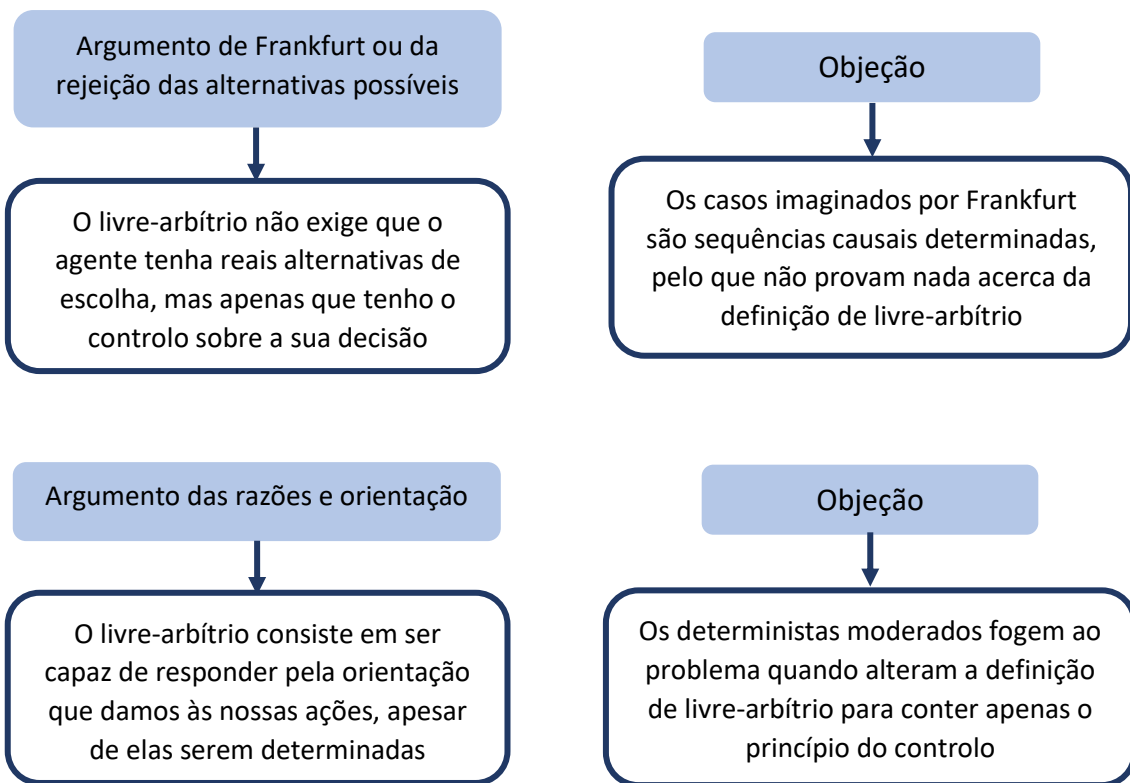


Determinismo moderado

O determinismo moderado é a teoria que defende que o livre-arbítrio e o determinismo são **compatíveis**, não obrigando, por isso, a escolher entre os dois.

Os nossos processos de decisão estão enraizados no nosso cérebro e na sua estrutura, logo não podem escapar ao determinismo e à causalidade. Mas, desde que as decisões sejam nossas, estão sob o nosso controlo. Assim, sou livre se sou eu (a pessoa que realmente eu sou) que determino, controlo, a minha ação.

Argumentos e objeções: nota: ler pág. 136/137/138



Ser livre implica ser capaz de agir por razões e ser capaz de responder apropriadamente por essas razões. Quando falamos em livre-arbítrio e responsabilidade, o que realmente importa é o **controlo de orientação**.

Os juízos morais são objetivos?

Tipos de juízos

Juízos de facto	Juízos de valor
<ul style="list-style-type: none">• São apenas uma descrição da realidade• Pretendem descrever a realidade• Remetem para “o que é”• São objetivos, neutros e imparciais (não dependem de preferências/apreciações do sujeito)• Têm valor de verdade: são verdadeiros ou falsos	<ul style="list-style-type: none">• Pressupõem valoração/ avaliação de objetos, pessoas ou situações• Pretendem avaliar a realidade• São juízos normativos: remetem para o que “deve ser”• Para os subjetivistas exprimem preferências e opiniões dos sujeitos/ sociedade, para os objetivistas alguns juízos de valor são objetivos, neutros e imparciais• É discutível que alguns juízos de valor sejam objetivos e tenham valor de verdade
Ex: O João mentiu à namorada.	Ex: É errado o João mentir à namorada.

Juízo subjetivo: juízo cujo valor de verdade é relativo à perspetiva do sujeito

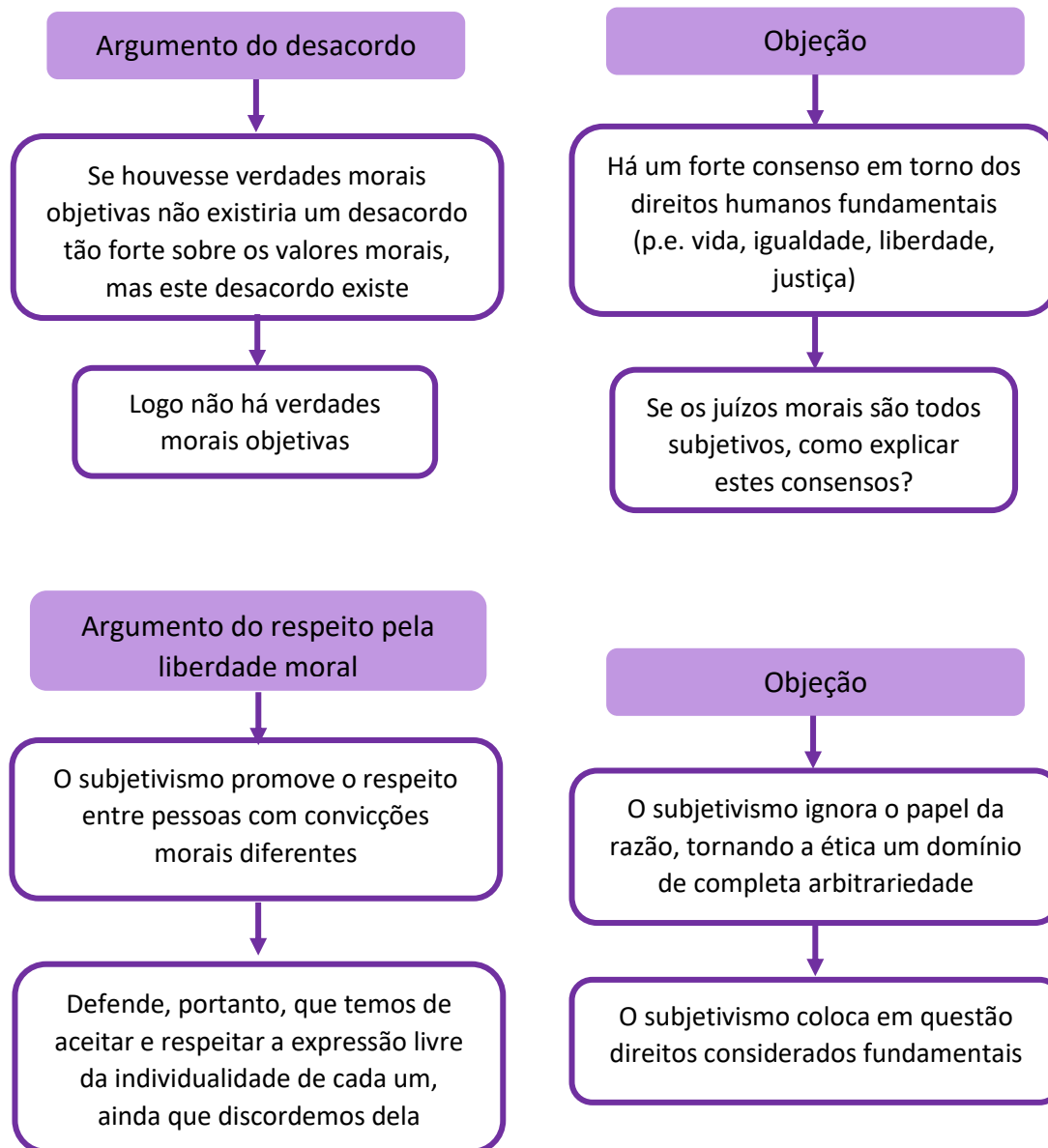
Juízo objetivo: juízo cujo valor de verdade é independente de qualquer perspetiva (juízo imparcial)

Subjetivismo moral

Segundo o subjetivismo moral:

- Os juízos morais são subjetivos: exprimem preferências pessoais, sentimentos de aprovação ou desaprovação dos sujeitos. Como tal, quando uma pessoa profere um juízo moral, não pode estar enganada. Trata-se de uma questão de gosto.
- Não há juízos morais objetivamente verdadeiros ou falsos.

Argumentos e objeções:



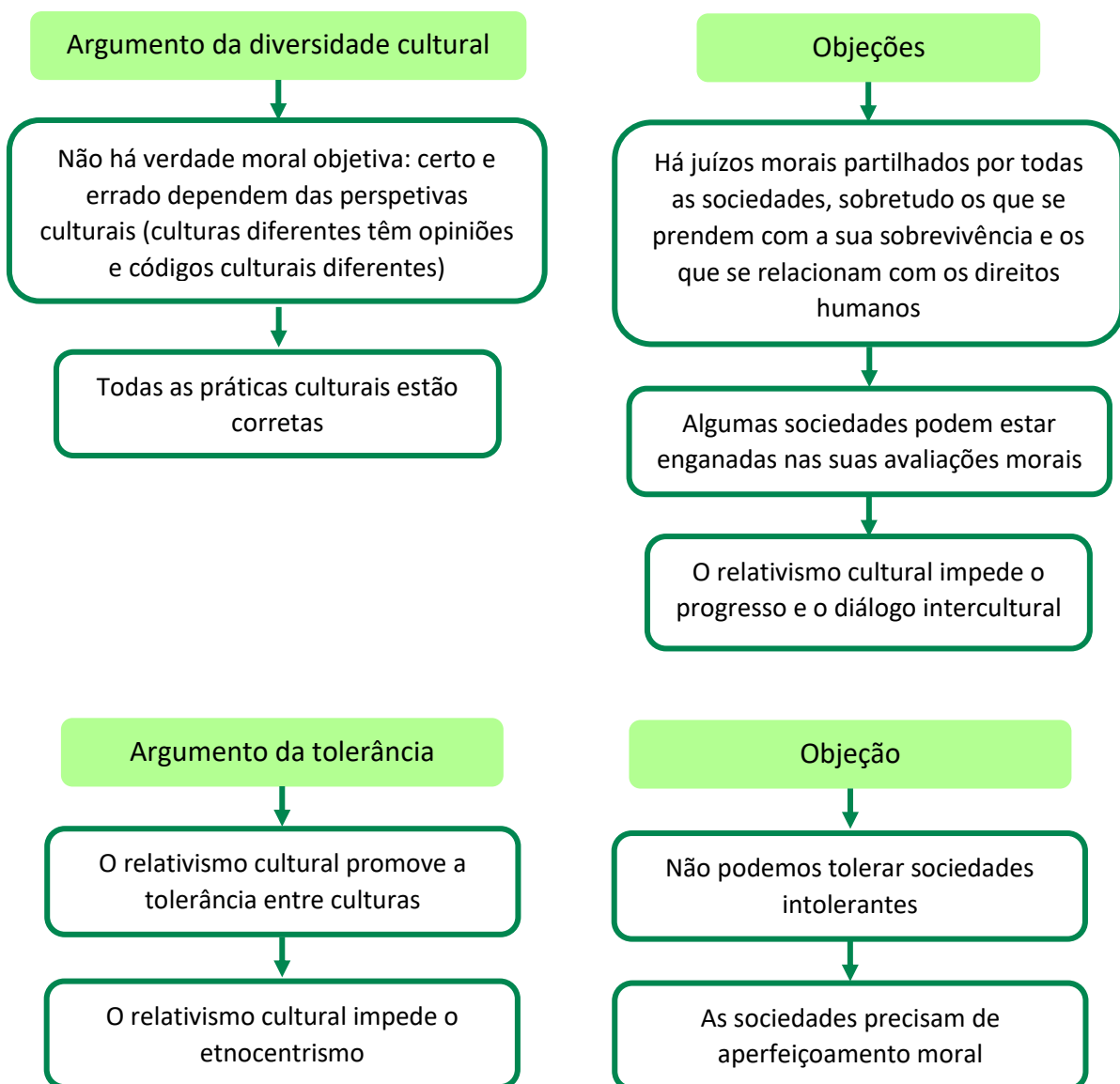
Relativismo moral

Segundo o relativismo moral:

- Os juízos morais são relativos à cultura/sociedade, o que significa que não há um padrão objetivo e universal do que é certo ou errado.
- Não há juízos morais objetivamente verdadeiros ou falsos.

Nota: O relativismo moral defende que o que é moralmente certo ou errado depende da perspectiva de cada sociedade ou cultura, estando associado aos seus hábitos ou modos de pensar, sejam estes quais forem. Assim a moral é uma construção social: diferentes sociedades têm códigos morais diferentes e é o código moral de uma sociedade que vai determinar o que é certo dentro daquela sociedade.

Argumentos e objeções:



Nota: Ao defender que devemos ser sempre tolerantes relativamente à diversidade de práticas e códigos morais porque se não o fizermos poderemos cair numa visão etnocentrista, o relativismo cultural, coloca-nos perante sociedades infalíveis que nunca estão erradas. Contudo, há sociedades que cometem graves injustiças e que, são elas próprias, intolerantes, precisando, por isso, de aperfeiçoamento moral. O abandono de práticas repressivas e que atentam contra o bem-estar do ser humano é um sinal de progresso.

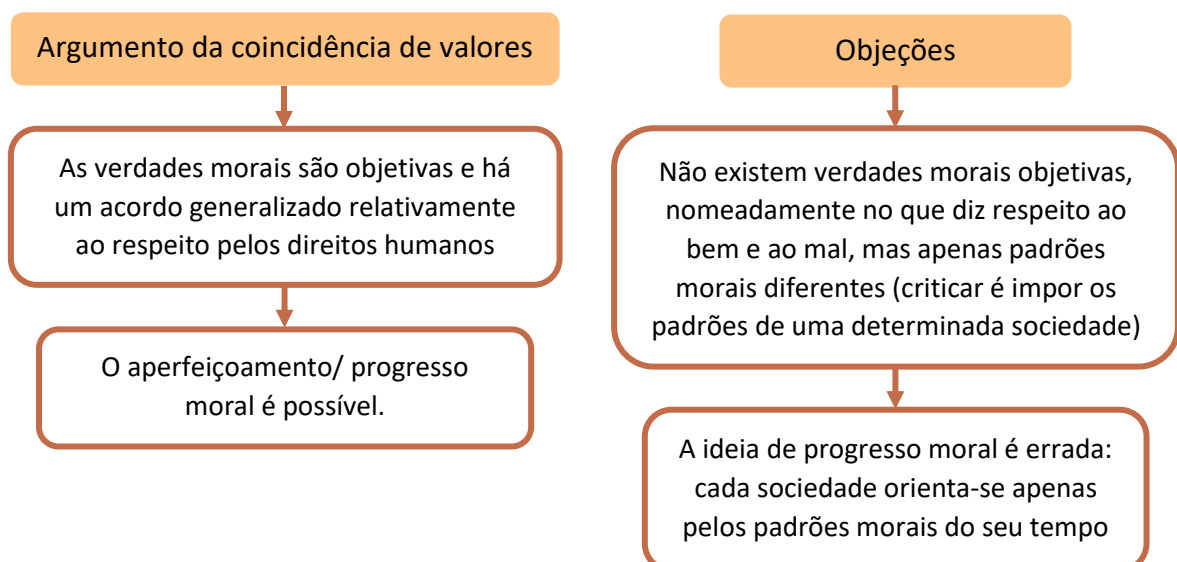
Objetivismo moral

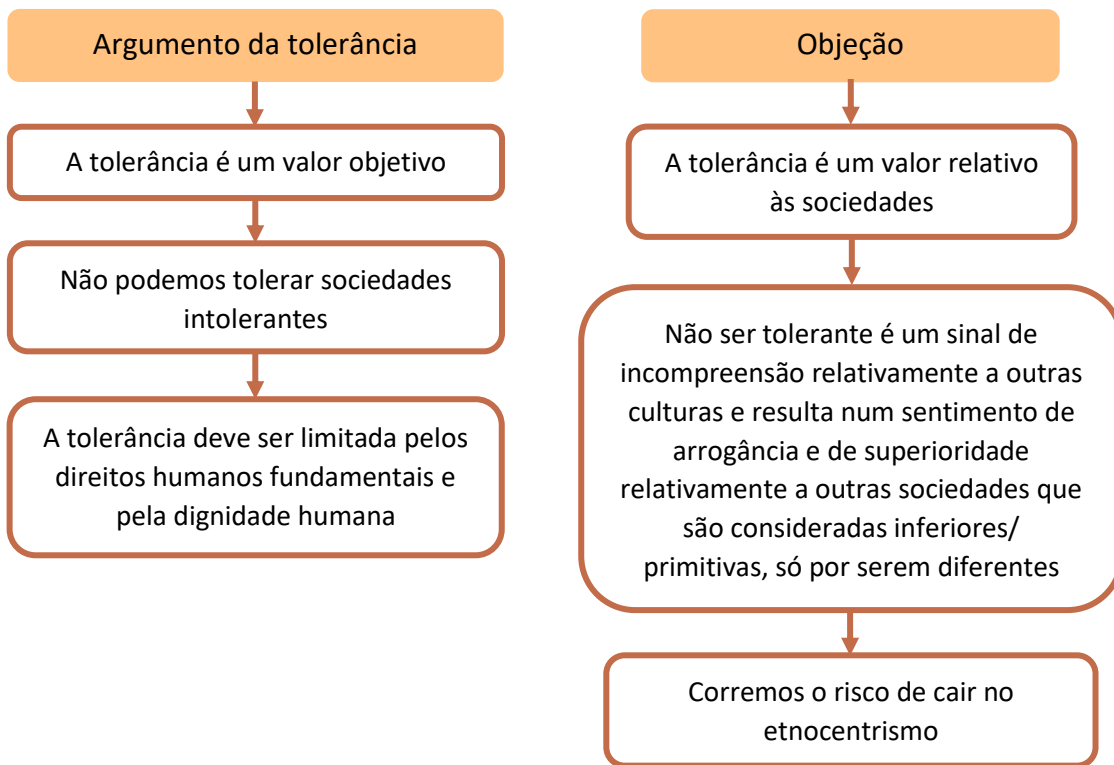
Segundo o objetivismo moral:

- Os juízos morais são objetivos. Existem verdades morais objetivas e universais, ou seja, independentes dos sujeitos ou das sociedades/culturas, bem como das suas preferências, sentimentos ou apreciações.
- Quando uma sociedade ou indivíduo aceita ou condena determinadas práticas pode estar enganada.
- Os juízos morais são objetivamente verdadeiros ou falsos.

Nota: o objetivismo moral é a única das três teorias que defende a existência de algumas regras morais que todas as sociedades têm em comum.

Argumentos e objeções:





Nota: No argumento da tolerância o objetivismo moral refere o facto de que a tolerância deve ser um valor objetivo, pois se não o fosse, seria aceitável que algumas sociedades fossem intolerantes. Devemos ser tolerantes relativamente à diversidade de práticas culturais e códigos morais, mas essa tolerância, não pode justificar práticas injustas, opressoras e violadoras dos direitos humanos fundamentais. Assim nem todas as práticas culturais são igualmente aceitáveis e não podemos tolerar sociedades intolerantes e não respeitem os direitos humanos fundamentais.

Etnocentrismo: atitude daqueles que consideram que a sua cultura é superior às demais e deveria servir de modelo. Desta ideia pode resultar a imposição de modelos de comportamento e de valores a outras culturas (ex.: ideologia nazi, que teve como consequência o genocídio dos judeus).